



Veredas Temática:

Autoetnografia em Estudos da Linguagem e áreas interdisciplinares

Volume 22 nº 1 - 2018

Alguma coisa que eu não era: sensibilidades autoetnográficas na construção de duas pesquisas em instituições totais

Liana de Andrade Biar (PUC-Rio)

Luís Alberto Torres (PUC-Rio)

RESUMO: O presente artigo articula dois trabalhos realizados em instituições totais (GOFFMAN, 1961). O primeiro focaliza narrativas vocacionais contadas pelos internos de um seminário católico, incluindo-se o segundo autor deste artigo, membro do grupo estudado. O segundo adentra uma instituição penitenciária, e trata da interação entre a primeira autora e os membros presos de uma das facções que controlam o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Ambos os trabalhos foram aqui recontextualizados e aproximados a partir de duas chaves. A primeira, temática, refere-se à natureza das instituições, especialmente as complexidades dos dois contextos quanto às circunstâncias de entrada e os regimes de vigilância. A segunda chave, de atenção epistemológica, tenta tornar visíveis as experiências pessoais dos pesquisadores no e com o campo, com o objetivo de ressaltar a relação entre essas experiências e certas decisões tomadas na própria condução da pesquisa, especialmente no que diz respeito à escolha dos objetos discursivos e os modos de apresentação dos resultados.

Palavras-chave: instituições totais; autoetnografia; narrativas vocacionais; contexto prisional.

Introdução

Os estudos da fala em interação há muito se beneficiam da etnografia – ou ao menos de uma “dimensão etnográfica” (BASTOS; BIAR, 2015) – na produção de análises interpretativas. Seja a partir de formatos mais rígidos de observação densa e continuada no contexto de estudo (GARCEZ; SCHULZ, 2015), seja a partir da descrição microecológica de ações situadas (ERICKSON, 1992), o recurso a uma etapa “de campo” tem sido reivindicada como fundamental na tentativa de aproximar-se da perspectiva dos participantes, ou de se evitar generalizações precipitadas e conclusões fáceis sobre o que é dito e feito nas situações sociais tomadas como objetos de investigação.

Indo em uma direção um pouco diferente, neste artigo queremos sublinhar a relevância do que chamaremos aqui de uma “sensibilidade autoetnográfica” na construção da pesquisa em discurso e interação. Para isso, nos debruçaremos sobre dois trabalhos realizados em contextos identificados com aquilo que Erving Goffman (1961) chamou de “instituições totais”. Tais pesquisas estarão aqui recontextualizadas a partir de operações de reescrita que têm como meta tornar visíveis as nossas experiências pessoais com esses dois campos delicados, bem como a relação entre essas experiências e certas decisões tomadas na própria condução da pesquisa.

Um desses dois trabalhos encontra-se ainda em curso e adentra um seminário católico de formação sacerdotal. Seu objetivo é analisar as “narrativas vocacionais” de um grupo de jovens internos. De forma mais prototipicamente autoetnográfica, essa pesquisa conta com a figura do “pesquisador nativo”; isto é, seu autor, também um seminarista internado, opera nesse lugar ambivalente entre pesquisador e objeto. Reconhece-se nessa pesquisa elementos do que Anderson (2006) classifica como “autoetnografia analítica”, uma modalidade de estudo etnográfico em que o pesquisador reconhece a sua “membridade” no campo, flerta com um gênero autobiográfico de escrita (ELLIS; BOCHNER, 2000), mas, sobretudo, mostra como sua experiência pessoal com o seminário leva à análise de um fenômeno social/discursivo. Aqui, estaremos mais interessados em mostrar como essa relação íntima com o campo circunscreve e impõe certa parcimônia no tratamento analítico de narrativas vocacionais.

O segundo trabalho, realizado há alguns anos em uma unidade masculina do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, lança foco sobre as narrativas de adesão ao crime contadas por um grupo de internos da instituição (BIAR, 2012). Aqui, o viés autoetnográfico da pesquisa é menos óbvio. A pesquisadora, *outsider* em relação ao campo prisional, realiza uma “introspecção evocativa” (ANDERSON, 2006), um tipo de análise que tem como objeto privilegiado a própria condição de “não-membra”. Trata-se aqui de alguma coisa semelhante a observar os modos pelos quais o etnógrafo interage com o grupo estudado (HOLT, 2003), ou como as experiências pessoais no campo (ELLIS; BOCHNER, 2000) determinam os caminhos da pesquisa.

Nota-se que, apesar da afinidade na temática das instituições totais, contrapõem-se nesses dois trabalhos dois entendimentos sobre o que seja autoetnografia – um mais exato, em que o pesquisador se apresenta como parte do contexto estudado, e outro mais metonímico, em que o componente “auto” da etnografia revela-se via introspecção sobre a estada no campo. Em comum a esses dois entendimentos está não só a mera inserção de uma pessoalidade no texto de pesquisa, mas uma extrapolação onto-epistemológica que diz respeito à crise da representação e à virada discursiva nas Ciências Sociais, quando o realismo e a possibilidade de objetividade em relação às descrições culturais são postos à prova. Nesse sentido, o que se pensa aqui sobre autoetnografia é fortemente influenciado pela recentíssima

edição em português do clássico *Writing Culture* (CLIFFORD; MARCUS, 1986), o “marco bibliográfico” (COELHO, 2016) desse espírito de época na antropologia, que, problematizando a autoridade etnográfica, abre caminhos para uma diáspora de gêneros (DENZIN; LINCOLN, 2006) e para a reinvenção da subjetividade no texto acadêmico.

Neste artigo, em uma tentativa modesta de diálogo com tal empreitada, acrescentaremos à reivindicação da etnografia como forma de balizar análises interpretativas da língua em uso o apelo a uma *sensibilidade autoetnográfica* como forma de descortinar percursos de pesquisa em geral despercebidos ou deliberadamente apagados dos relatórios de pesquisa. A novidade aqui, se há uma, não está na renovação da escrita e nem no reconhecimento de que a pesquisa é “parcial, engajada e incompleta” (CLIFFORD, 1986). A novidade está na tentativa de se desfiar, nos emaranhados das experiências no e com o campo, os episódios, conflitos e diálogos que ao fim e ao cabo fazem com que as duas pesquisas aqui focalizadas sejam tecidas e apresentadas das formas como são.

1. Manicômios, Prisões e Seminários: a generalização analítica de E. Goffman

Conforme já dissemos, as duas pesquisas que se articulam neste artigo têm como cenário o que Erving Goffman (1961) definiu como “instituições totais”. Para o autor, esse rótulo define uma categoria de espaços de residência e trabalho fechados, formalmente administrados, que abrigam temporária e forçosamente – como se verá, ainda que por razões distintas – um conjunto de indivíduos apartados do restante da sociedade. Caso compremos a comparação provocativa de Goffman entre instituições que aprendemos a pensar tão diferentes, tanto uma penitenciária quanto um seminário católico pertenceriam a essa categoria. A definição foi gestada após 12 meses de etnografia no *St. Elizabeths Hospital*, uma instituição psiquiátrica que então atendia cerca de sete mil internos em Washington em meados da década de 1950. Em uma conclusão que extrapola o microcosmo do próprio campo, Goffman argumenta que o paciente mental pode ser visto como um “tipo” de interno e o hospital psiquiátrico como um “tipo” de instituição.

O adjetivo “total”, em primeiro lugar, refere-se ao fechamento de certas instituições em termos de tempo e espaço. Diferentemente de instituições “não-totais”, pelas quais estamos habituados a circular livremente – como a família, a empresa, a igreja, etc. –, lugares como hospitais psiquiátricos, prisões e seminários consomem cem por cento do tempo de um indivíduo, e representam todo o espaço que ele tem para se movimentar. Isso significa que essas instituições desconstroem a disposição básica da sociedade moderna, que, para Goffman, de modo semelhante ao que propõe Foucault em outra obra dedicada a instituições especificamente penais (FOUCAULT, 1987), seria a liberdade de agir e circular, bem como interagir sem um “plano racional geral” provido pelas circunstâncias. Em outras palavras, o fechamento de uma instituição é medido pelo seu grau de permeabilidade, ou seja, pelo tanto que existir de influência entre seus padrões sociais internos e aqueles que regem a sociedade civil. Quanto maior for a impermeabilidade da instituição, ou seja, quanto mais esta se fechar para os elementos sociais externos, maiores também serão suas possibilidades de manter coesão e estabilidade e obter sucesso em seu projeto moral. Em resumo, uma instituição é “total” quando sua dinâmica e seus códigos de referência estão circunscritos aos seus muros, independentes de qualquer determinação que lhes seja exterior.

Nessa vida social regrada e confinada das instituições totais, restam duas possibilidades de interação aos seus internos: aquela que ocorre entre seus pares, que em geral estão em número relativamente grande, ou a que há com outro grupo menor e hegemônico, formado pelos “controladores” da ordem – a equipe dirigente. Entre esses dois grupos,

comumente, há grande distância hierárquica e quase nenhuma possibilidade de mobilidade social, e o que mais particularmente interessa a Goffman são as atividades e efeitos identitários que estão na base da relação, assimétrica por natureza, dos internos com esse segundo grupo.

A tese central a esse respeito é que as consequências simbólicas das atividades que se dão em tais espaços de confinamento são incompatíveis com as concepções de *self* (GOFFMAN, 2015 [1961], p. 24) do indivíduo internado. Conforme descrito no já mencionado trabalho de Foucault, um dos objetivos da existência das instituições fechadas e da rígida rotina imposta a seus participantes é disciplinar o corpo; embora haja semelhanças evidentes entre essa ideia e o trabalho de Goffman, é importante notar que, na visão do sociólogo, a ação disciplinar sobre o corpo é estratégia que visa à desfiguração da imagem de si sustentada pelo interno; é parte de um processo amplo de supressão ou “mortificação” do *self* construído além dos muros das instituições, em seus lares externos reais ou potenciais: “as instituições criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle dos homens [sic]” (GOFFMAN, 2015 [1961], p. 28).

Assim, toda a série de ações que implicam rebaixamento, submissão e tratamentos dolorosos e que fazem parte da rotina dos internatos despe seus internos das concepções de si mesmo previamente estabilizadas. Todos os papéis conciliáveis em sua vida civil são mutilados na ruptura abrupta com o mundo externo. A força da instituição total estaria, de acordo com Goffman, na eficiência que diversas operações de sujeição do corpo e seus territórios têm sobre o projeto de *self* do indivíduo.

Todos os tipos de instituição total apresentariam, então, este objetivo comum: a redefinição do *self*. As regras rígidas e disciplinadoras criariam condições para a substituição dos símbolos que representam um caráter inadequado por outros desejáveis. Nas palavras de Goffman, uma instituição total seria uma estufa de produção de *selves*. A palavra escolhida pelo autor é ‘mortificação’, isto é, diz respeito à chegada a um “marco zero” a partir do qual será possível ao interno rever suas performances identitárias, reconhecer um novo “território” para o *self*, apreender novos limites de ação, e enfim, redesenhar-se de acordo com os objetivos institucionais gerais.

Por exemplo, as prisões, em tese ultraimpermeáveis às práticas e costumes comuns à sociedade civil, ao mesmo tempo em que protegem a comunidade de seus membros supostamente ameaçadores, apresentariam como princípio fundador reformar, a partir do isolamento, da rotina, e das fustigações físicas e morais, um caráter “delinquente” por outro mais “dócil” e “adequado” ao convívio social. Nos quartéis militares, os internos passam por um árduo processo de isolamento e treinamento pelo qual se tornarão capazes de exercer suas funções. O seminarista passa por um processo de redefinição do *self* semelhante, já que a rotina em um seminário é também administrada num esforço para produzir comportamentos modificados. Em todos os casos, Goffman chama de “carreira moral” a essa trajetória da imagem que se projeta para os outros e para si mesmo, que compreende a sequência de transformações e juízos por que passa o interno antes, durante e depois da passagem por uma instituição total, considerando-se aí todas as fases de socialização, negociações e ajustamentos que compõem a internação.

2. Narrativas do campo

No texto de Smith (2006, p.71) acerca do trabalho de Goffman, estas são as quatro principais características comuns às instituições totais: (1) o dia a dia se passa sempre no mesmo lugar e sob a mesma autoridade; (2) as atividades são sempre executadas na companhia de outros iguais; (3) há uma equipe dirigente e regras claras sobre atividades programadas; (4) todas as atividades programadas fazem parte de um plano desenhado para realizar os objetivos da instituição.

Goffman reconhece, porém, que nenhum dos elementos descritos por ele parece ser exclusivo das instituições totais, e nenhum parece ser necessário em todas elas (GOFFMAN, 2015 [1961], p.17), as instituições totais na verdade são aquelas em que comparecem muitos itens dessa família com muita intensidade. A vantagem, segundo o autor, é que listar essas características comuns “permite usar um método de tipos ideais, através do estabelecimento de aspectos comuns, com a esperança de posteriormente estabelecer diferenças significativas” (GOFFMAN, 2015 [1961], p. 17).

Para alguns autores, diferenças entre as instituições totais se estabeleceriam mais em termos de intensidade de apresentação de seus elementos do que por diferenças categóricas. Perry (1974), por exemplo, sugere que as características apontadas por Goffman sejam entendidas como variáveis. Dessa maneira, as instituições se diferenciariam por graus específicos de “totalidade”. De modo particularmente interessante para uma comparação que se pretende aqui, entre uma penitenciária e um seminário, Davies (1989) propõe que as instituições totais se diferenciem de acordo com o modo pelos quais os internos se sujeitam às regras e autoridades: por coerção? Por remuneração? Por vontade?

É disso que vamos tratar nesta seção. Seleccionamos dois aspectos definidores de instituições totais: as circunstâncias da internação (seção 2.1) e a submissão a regimes de vigilância (seção 2.2). Nosso objetivo agora é explorar as diferenças e a complexidade desses dois aspectos nas nossas experiências etnográficas na penitenciária e no seminário, acrescentando a essa narrativa considerações sobre o modo como essas experiências renderam às duas pesquisas *insights* sobre seus objetos discursivos e modos de apresentação de resultados.

2.1. A entrada e seus paradoxos

Um dos aspectos que mais fundamentalmente diferenciam o seminário católico de outras formas de internação é a entrada voluntária. Um seminário católico costuma ser composto por jovens que estarão internados por um período entre 7 e 10 anos. Em nossa¹ experiência, os internos constroem, sem exceção, a razão dessa entrada a partir de um desejo de formar-se padre.

Por conta disso, os meses que antecedem o ingresso vêm acompanhados de grandes expectativas e são dedicados quase que exclusivamente aos últimos preparativos, o que envolve não somente o candidato, mas toda a sua comunidade de origem, seja a família, seja a paróquia. É muito comum ouvirmos narrativas que identificam a ida ao seminário como uma

¹ Neste texto escrito a quatro mãos, para evitar operações mais complexas de referência, optamos por usar a primeira pessoa do plural, inclusive nas circunstâncias em que, devido à natureza autoetnográfica do texto, o singular pareceria mais adequado. Há uma exceção na seção 2.1, em que o plural fazia pouco sentido pela natureza do relato. Nota-se, porém, que, apesar da mistura de vozes, a pesquisa no presídio foi realizada por Liana Biar e a pesquisa em seminário está sendo realizada por Luis Alberto Torres, respectivamente, primeiro e segundo autores deste artigo. O ponto deste artigo, naturalmente, é construído em conjunto.

grande conquista; um evento de reportabilidade estendida (LINDE, 1993) na história de vida do indivíduo. Consequentemente, os primeiros meses de internação são descritos como vividos com satisfação e alegria, e geram experiências memoráveis. Mesmo as narrativas de ansiedade e medo são contadas a partir de uma “lente retrovisora” (MISHLER, 2002) que as avaliam com um “valeu a pena”, ou “faria tudo de novo”. Entretanto, a incompatibilidade desses relatos com as definições de instituição total – em geral lidas como instituições se não desagradáveis, pelo menos sacrificantes – é superficial. Logo aprendemos que também há um forte componente institucional nessas narrativas.

A contraparte da construção da entrada no seminário como uma “conquista” do interno é a complexidade do processo seletivo, uma vez que todos os candidatos são avaliados de diversas maneiras ao longo de um ou dois anos, até serem considerados aptos para o ingresso na instituição. Ninguém entra no seminário sem expressar clara e enfaticamente um desejo individual e consciente disso. O que queremos dizer aqui é que a entrada precisa ser construída dessa maneira. E esse mesmo elemento depois servirá como motivação para que os internos se submetam às regras do estabelecimento, isto é, a certeza sobre querer entrar é central para a totalização nesse tipo de empreendimento.

Tal análise deriva de nossa própria experiência “nativa”. Vivi minha primeira experiência no seminário católico aos 17 anos. Saído do ensino médio e de uma família pobre, migrante do nordeste do país, a entrada para a instituição foi, à época, motivada por uma tentativa de corresponder ao que eu sentia como a minha vocação, mas também esteve fortemente atrelada ao sonho da educação superior – meu e de meus pais, com quem compartilhei uma história de esperança na minha formação. Não funcionou. Durante um ano, eu não correspondi às expectativas da instituição, até ser convidado a me retirar. Esse afastamento forçado se estendeu por cinco anos, durante os quais cursei uma faculdade de letras – curiosamente, em uma universidade católica. Embora dolorosa, a distância do seminário criou o elemento que faltara à minha candidatura. Já formado, também aprovado em uma seleção de mestrado na universidade, passei a ter uma vida acadêmica possível pela frente. Eu agora tinha escolha. Minha decisão de voltar ao seminário com uma nova candidatura se deu de uma forma que interpreto como mais madura, consciente, acertada. Veio da liberdade de ter outra opção. Isso tudo nos ensina um pouco sobre o tipo de voluntariado que se espera no seminário: só há voluntariado se há liberdade, se há alternativas. Trata-se de uma escolha que sublinha a vontade, a agentividade, porque implica também abrir mão do que se tem.

Mas um padre não é feito apenas de vontade individual. Há também outro elemento, que, ao lado da agência e da certeza da escolha, precisa comparecer em uma típica narrativa vocacional: o “chamado divino”. As narrativas de entrada no seminário, geralmente, também aparecem justificadas em processos discursivos que “responsabilizam” a figura de Deus e atribuem a essa entidade um enorme grau de importância pelo “chamado” – um evento de ordem sobrenatural que serve de motivação para iniciar o processo de tornar-se padre. O voluntariado a que nos referimos há pouco é, portanto, complexo, porque convive lado a lado com esse elemento nada agentivo, que tem a ver com equacionar o sacerdócio a uma vocação natural, com ser destinado a isso.

A narrativa transcrita a seguir nos foi contada por Caio (nome fictício), um de nossos colegas seminaristas. Trata-se de uma narrativa vocacional do tipo que nos interessa, porque nela Caio estabelece a sequência de episódios que o levaram à formação sacerdotal, articulando o elemento sobrenatural ao racional:

“Faltava uma semana pro crisma e perguntei, todo sem fé, confesso: Senhor, o que queres de mim? Fui perguntar, não vai custar nada. E tocou aquela música, a barca. E bobão aqui começou a chorar

descontroladamente, chorei muito. Soluçava de chorar. E o pessoal do meu lado ficava olhando para minha cara, e eu não sabia porque eu estava chorando. Eu saí do salão para me acalmar. Bebi uma água e respirei fundo. E, quando começou tocar a música de novo, eu comecei a chorar. Sai atordoado, atônito. Fui falar com o seminarista e ele disse que era um chamado. Não, não é, vamos com calma. Não é assim um chamado, você tem que enxergar a vocação. Não calma, não quero. Relutei até o fim. Eu não queria. Queria fazer minha faculdade e ter uma vida como a de todo mundo. E ter uma vida normal, entre aspas. Mas relutei até o fim”.

A narrativa de Caio é interessante porque, como já se disse, há nela uma tensão entre a vontade individual e o elemento sobrenatural. O interno procura demonstrar, narrativamente, um processo em que um evento sobrenatural, sobre o qual não se tem controle, se transforma em uma decisão ativa e consciente. Apenas quando as duas coisas se tornam conciliáveis é que a entrada no seminário acontece: quando parou de “relutar” e abraçou racional e conscientemente o “chamado”, nos contou Caio, iniciou-se o processo seletivo que o levou à instituição. Uma coisa que ouvimos muito frequentemente nesse contexto é: “a vocação precisa ser demonstrada em atos”. A história de Caio e a nossa própria parecem convergir para a ideia de que quanto mais alinhado às expectativas institucionais, ou seja, quanto mais elaborado estiver o conflito entre vocação e agência, maior é a chance de o seminarista ser aceito. Alinhando o que se disse até aqui com a concepção goffmaniana de instituição total, pode-se dizer que essas narrativas parecem resultar do ajustamento do *self* às diversas situações vivenciadas pelos seminaristas antes e durante o contato com o seminário.

Do reconhecimento incomodativo de um fio comum entre essa história e a autoimagem produzida por ela, entre a minha própria biografia e a de outros entrevistados, nasceu o interesse central da pesquisa. A entrada para o seminário, que é vivida por cada um de nós como tão individual, é regida por regras, e tem “centralidade na construção da imagem do grupo” (DURÃO; COELHO, 2012). As narrativas que aprendemos a contar sobre a nossa vocação já são naturalmente produto da nossa carreira moral, do conjunto de elementos simbólicos institucionais que teremos de dominar. Em resumo, a carreira moral entrelaça dois sujeitos: o interno e a instituição. Desde que ainda somos candidatos, os seminaristas passam a performar um *self* que seja satisfatório para si, para a instituição e para a comunidade.

Também no presídio aprendemos sobre a complexidade no modo como se vivencia o processo que leva à internação em uma instituição total. A resposta simples é que não há voluntariado na entrada em uma cadeia; que ela decorre de punição de alguém que provavelmente não pretendia acabar preso. No entanto, nos surpreendeu, ao longo do trabalho de campo, o modo como a prisão era prevista e normalizada entre membros que tomaram parte na pesquisa, todos oriundos de facções criminosas ligadas ao comércio de drogas ilícitas. Poucos eram os entrevistados que não enumeravam diversas passagens por instituições correcionais, narrativizando tais passagens como períodos de suas histórias de vida, tais como: “na minha primeira cadeia, ...”, “na minha segunda cadeia, ...”, etc.

Além disso, os “comandos” do tráfico atuavam diretamente sobre o sistema prisional – havia um sistema institucionalizado que literalmente pagava aos seus membros as “passagens” pela cadeia com uma espécie de benefício trabalhista, que consistia em ajuda financeira, proporcional aos ganhos do “lado de fora”, tanto aos internos – o suficiente para que eles se mantivessem com dignidade na prisão –, quanto aos seus familiares, desguarnecidos pela ausência da pessoa que os sustentava.

No nosso primeiro dia no campo, um dos participantes da pesquisa relatou detalhadamente o “acordo de trabalho” que obriga o comando a isso. Carlos, que foi transferido para outra unidade penitenciária poucos meses após o início da pesquisa, era, à época, um dos internos mais influentes de seu grupo. Interessado em nosso trabalho, falou sem muita

cerimônia sobre a estrutura empresarial do tráfico, sobre o sistema penitenciário e sobre as regras internas da facção na cadeia; fez gráficos e cálculos em um pedaço de papel.

Também em nosso primeiro dia de campo, um evento me pareceu especialmente pedagógico para não confundir tanta naturalização e previsibilidade com passividade. Em um dia de clima especialmente tenso entre guardas e internos, Sérgio (nome fictício), um dos designados para serviços de limpeza que logo se mostrou um dos mais quietos e solícitos internos da cadeia, teria passado a noite anterior no castigo. Da boca de outros internos, ficamos sabendo das circunstâncias que o levaram à punição: ao fim do expediente escolar, quando os professores deixaram a escola e os serventes voltaram para as celas de origem, um dos guardas responsáveis pela galeria ordenara que Sérgio, pelo lado de dentro, batesse o cadeado de sua cela. Sérgio se recusou a fazê-lo, alegando que não seria o seu próprio carrasco; o responsável pelo seu próprio encarceramento: “nós não se prende; nós se liberta”. Mas o guarda propositalmente insistiu, provocando o conflito – mais tarde, me disseram ser esta uma norma do comando bem conhecida pelos guardas.

Esse episódio, aliás, um bom exemplo do que Goffman chama de “*looping*” – quando reações aos procedimentos que mortificam o *self* se tornam razão para uma nova investida contra ele –, de maneira análoga ao exemplo do seminário, nos abriu os olhos para um uso ostensivo de estratégias sintáticas que conduzem à “mitigação da agência” (DURANTI, 2004). A título de ilustração, estamos nos referindo a construções linguístico-discursivas tais como as listadas abaixo, todas retiradas de narrativas de entrada para o crime que compuseram o *corpus* da referida pesquisa. Os excertos abaixo foram recortados de momentos em que os entrevistados da pesquisa estavam construindo uma causalidade adequada (LINDE, 1993) para o seu desvio²:

- “*começou* a vir esses pensamentos”;
- “que acontece? quê que *me* levou[para o tráfico]”;
- “*ai começou* as amizades, as primeiras amizades”;
- “a droga deixa *nós* iludido”;
- “a vida infelizmente *me* reservou isso daqui”;
- “as autoridades veio a *me* transformar nisso”.

Estamos chamando atenção aqui para o modo como os narradores codificam a si mesmos; para como eles desaparecem da posição de sujeito ou de agente das orações para figurar sintaticamente como objetos; apassivados. Quando usadas nos momentos dos relatos em que os internos estão construindo sua entrada para o crime, essas estratégias transferem, no plano da narrativa, a responsabilidade criminal para um evento outro, fora do controle deles mesmos. Essa estratégia produz um efeito de desalinhamento do *self* com o entendimento da criminalidade como uma escolha. De fato, nota-se, nas narrativas que compõem a pesquisa na penitenciária masculina o apagamento de uma pré-disposição ou vontade para o crime; um apagamento do discurso do “instinto criminal” e até mesmo o apagamento da existência de uma escolha entre duas alternativas possíveis.

Na nossa interpretação, mais do que mera vitimização, essas narrativas de entrada para o crime marcam uma sujeição racional a um conjunto de determinações sociais; o discurso atualiza uma tese implícita sobre ação social que a concebe como produzida por leis históricas e estruturas sociais – nem controladas nem entendidas pelos atores sociais. É nesse sentido que um exame dos modos como a agentividade é codificada pode ser útil e parece se relacionar com a história do cadeado que contamos acima. A recusa de Sérgio em “bater o

² Todas as frases enumeradas fazem parte da coleção de dados analisada em BIAR (2012). Não é nosso objetivo refazer essa análise, apenas apontar a relação que ela teve com um episódio do trabalho de campo.

cadeado” é metonímia da recusa pela responsabilização por seu próprio encarceramento; serve como caricatura de um embate que parece estar na origem e no destino daqueles que levam consigo o estigma da carreira criminal. A cena antecipa aquilo que, meses após sua ocorrência, constituiu-se em um dos principais objetos de exame discursivo do trabalho: a neutralização da agência na construção da experiência criminal.

2.2. Controle da narrativa

A vigilância e a angústia derivada dela são características centrais das práticas das instituições totais. Nesta subseção, damos destaque a questões como a relação com a equipe dirigente e os regimes de regras da instituição. Nos presídios, de maneira semelhante ao descrito por Goffman acerca da rotina do hospital psiquiátrico, é conhecida a hostilidade entre equipe dirigente e o corpo de internos. Durante nossa estada em campo, foram muitos os episódios de conflito entre os dois grupos. Exemplo disso é o modo frequente, ostensivo e natural como quase todos os guardas se referiam aos presos como “vagabundos”. Mas, à semelhança do exemplo do que procuramos mostrar na seção anterior, havia também outras camadas nessa relação. No dia a dia da cadeia, muitos acordos officiosos eram selados entre o coletivo de presos e a direção e os agentes penitenciários, em que se entrevia inclusive certa camaradagem entre partes que se aliavam pelo interesse comum em fazer a instituição funcionar. Pelo que pudemos perceber no trabalho de campo, esses acordos muitas vezes se davam mediados pelas facções criminosas, os “comandos”.

Embora os dados oficiais sejam esfumados a este aspecto, sabe-se, a partir de nossa própria incursão no campo, que a maioria dos internos das cadeias cariocas é oriunda das facções criminosas que comandam a distribuição e venda de drogas na cidade, e isso tem implicações na organização do sistema prisional estadual: à época da pesquisa de campo, no ano de 2009, o complexo que visitamos subdividia-se em 26 unidades, e a cada uma dessas unidades era atribuída o comando de uma das facções existentes à época, a saber, o Comando Vermelho, Terceiro Comando, ADA (Amigo dos Amigos) ou Filhos de Israel – sendo este último um grupo que não atuava na sociedade livre, mas que se formou e atuava nas prisões, da reunião daqueles que não podiam conviver com as demais agremiações. Os internos, ao adentrarem o sistema prisional, eram distribuídos conforme suas origens organizacionais ou geográficas. Essa divisão, promovida pelos próprios representantes do Estado, sob o argumento da grande rivalidade existente entre esses grupos³, organizava a continuidade do vínculo criminoso do apenado com o mundo livre – o que torna essas instituições “totais” bem mais “permeáveis” do que preveem seus projetos institucionais.

Já dissemos que uma das maneiras pelas quais os comandos atuavam no sistema prisional era oferecendo ajuda financeira aos seus membros presos e familiares. Tal ajuda, naturalmente, não era gratuita. Os comandos impunham autoridade nas cadeias, exigiam fidelidade, julgavam e puniam os internos por delitos e desobediência, e elegiam suas lideranças dentro das unidades penitenciárias. Essas lideranças por um lado estavam no topo da hierarquia interna do comando nas cadeias, e, por outro, deviam obediência às lideranças “do lado de fora”.

Por um lado, a organização em facções comum nas prisões cariocas amplificava o “processo de fraternalização” (Goffman, 2015[1961], p.56–8) entre os internos – que inclusive se tratavam pela alcunha de “irmão” –, essencial para a sobrevivência em

³ Rivalidade da qual fomos todos testemunhas no final de 2016 e início de 2017, quando disputas entre comandos por controle em presídios resultaram no massacre de mais de cem detentos em presídios em Manaus, Roraima e Alcaçuz.

instituições totais. Por outro lado, tal fraternalização não se construía de maneira horizontal. Nessas pequenas células de facções dentro da cadeia, essas lideranças indicadas atuavam tanto como mentores que apaziguavam divergências e instruíam os mais jovens, quanto como porta-vozes para negociações de diversos tipos com a direção.

Durante nosso tempo de pesquisa, entrevistei internos identificados como “faxinas” ou “monitores”⁴. Essa categoria diz respeito aos internos designados oficialmente para atividades laborativas que atendem às demandas internas das cadeias. Oficiosamente, esses monitores estavam subordinados à liderança do comando com a função de vigiar o comportamento dos demais internos. Pelo que pudemos entender, essas pessoas eram escolhidas para as funções oficiais de serviço precisamente por já se destacarem como lideranças da facção na unidade, servindo aos outros internos como referência e autoridade, capazes de ditar normas de conduta e levar os casos de transgressão e comportamentos inapropriados ao grupo do comando responsável pelas punições. Os demais internos nutriam respeito por essas pessoas, já que elas eram consideradas hierarquicamente superiores na escala de poder da facção; porta-vozes que são dos seus altos comandos. Além disso, essas lideranças tinham uma função mediadora e conciliadora entre o coletivo e a direção do presídio, apaziguando os conflitos potenciais e negociando com as autoridades as condições de carceragem. Isso acontecia porque importava à direção da cadeia manter essas pessoas no comando, e interessava aos internos manter uma relação cordial e aberta ao diálogo com a direção. Essa longa explicação serve para dizer que a estrutura altamente hierarquizada dos “irmãos”, junto aos acordos oficiosos com a direção, fazia com que a vigilância naquele presídio se desse muito mais no âmbito do controle que as facções exerciam sobre a ordem no coletivo, do que pela ação direta da equipe dirigente.

Vários foram os exemplos em que a força de vigilância e os códigos de respeito da facção ficaram evidentes durante o trabalho de campo. Em uma ocasião, por exemplo, um interno, aluno da escola prisional, saiu carregado da unidade após ter sido espancado pelo grupo por conta de um bilhete de amor enviado à professora. Outro exemplo emblemático disso em nossa pesquisa eram os avisos sobre a entrada de “senhora na galeria”: para chegar até a escola da prisão, onde costumávamos entrevistar os participantes da pesquisa, era preciso passar por entre as celas, em um caminho estreito. Todos os dias, antes que o guarda alcançasse a tranca do portão de acesso ao tal corredor, ouvia-se um grito vindo do primeiro interno que nos avistava: “senhora na galeria; vai passar senhora na galeria”. O grito era o sinal para que todos fizessem silêncio, vestissem a camisa e baixassem os olhos.

Nesse contexto, era óbvio que a negociação de entrada no campo e a realização de entrevistas com os internos não passariam impunes ao controle das lideranças presas. Foram dois os episódios em que nos demos conta da importância de que também a autorização para as entrevistas teria uma etapa oficial (de interação com as autoridades representantes do estado) e oficiosa (de interação com o comando). A esse respeito, já mencionamos em nosso primeiro dia em campo fomos apresentados a Carlos, um dos internos-faxina. Conversamos por um longo tempo na sala dos professores, e ele se comportava como uma liderança que conhecia bem os demais internos, os funcionários e a rotina da escola. Seu apelido na cadeia era “Cabeça”⁵, em referência à sua óbvia inteligência e capacidade analítica. Carlos logo quis saber o que fazíamos lá. Expliquei detalhadamente no que consistia uma pesquisa discursiva e quais eram os objetivos do trabalho. A partir daí, nossa conversa claramente esteve orientada para o que ele julgava que deveríamos saber sobre sua realidade e quem deveria ser entrevistado. Cabeça chegou a rascunhar um questionário, que cobria os pontos que ele

⁴ O primeiro termo é preferido pela equipe dirigente; o segundo, pelo coletivo de internos.

⁵ O apelido também é fictício para evitar identificação do participante.

julgava serem úteis para a pesquisa: “as pessoas precisam saber da verdade” – era essa finalmente sua preocupação.

Alguns meses após a conversa com Cabeça, o gravador, depois de uma longa e demorada negociação, estava oficialmente autorizado na unidade prisional, e as entrevistas estavam para ser realizadas. No entanto, todos os internos se recusaram a falar antes da autorização do “presidente” – modo como nomeavam a liderança máxima da facção na cadeia. Nós ainda não conhecíamos essa nova liderança, que havia substituído Cabeça após sua transferência, e por isso resolvemos marcar uma reunião coletiva na biblioteca, para esclarecer as dúvidas sobre a pesquisa e tentar obter, finalmente, o último aval necessário. Todos compareceram, inclusive o novo presidente. Nessa reunião, e baseando-nos na experiência anterior com Cabeça, explicamos também as bases teóricas da pesquisa. Todos se interessaram pela ideia das “identidades múltiplas”: “Vai mostrar que nós somos outras coisas, além de bandido?”. “Sim”. “Vai sair em livro?”. “Uma espécie de livro”... Novamente, saímos de lá com “indicações” de quem deveria ser entrevistado.

É importante notar que, segundo Goffman (1988), é comum que uma categoria estigmatizada eleja certos representantes. Os eleitos são aqueles que têm mais oportunidade de se expressar e podem lidar com representantes de outras categorias, realizando um trabalho político de levar aos grupos do entorno as ideias e reivindicações daqueles que se encontram à margem. Se, por um lado, contamos com a vantagem de poder interagir com esses representantes, por outro lado, uma perda óbvia foi o fato de nossa pesquisa ter sido direcionada por eles. Queremos dizer com isso que as circunstâncias de negociação de entrada no campo afetaram de maneira relevante os resultados que o relatório de pesquisa trouxe à tona. Em outras palavras, os participantes quiseram controlar a narrativa da pesquisa, e a narrativa que enfim pudemos contar esteve informada pelas limitações de acesso que nos foram impostas.

É claro, foi também nossa opção aquiescer a esse direcionamento. Como nos familiarizar com o estranho se o estranho controla e manipula o caminho da familiarização? Acrescenta-se, como sempre, ao problema epistemológico a questão ética de como representar um grupo marcado pela diferença e que não pode falar por si próprio. Nosso relatório de pesquisa sofreu algumas modificações durante o processo de escrita, e sua forma final cede ao controle, se deixa iludir por “informantes sofisticados” (CLIFFORD, 1986, p.41), simplesmente por considerar isso justo.

Uma circunscrição semelhante aconteceu na pesquisa no Seminário Católico. Nessa forma de internação, como se trata de uma etapa formativa para a vida sacerdotal, o período de isolamento é dedicado a preparar o candidato para a vida de restrições e responsabilidades que serão assumidas a seguir, quando enfim o candidato torna-se padre. O interno dessa instituição total também é ensinado a ser obediente. De maneira geral, os ritos institucionais, as regras e a vigilância são instrumentos pelos quais o seminário garante estabilidade moral e disciplinar.

Por diversas razões, mesmo considerando a entrada voluntária dos internos, a relação entre a equipe dirigente e o grupo de seminaristas é bem mais próxima do modelo totalizante do que aquela outra já descrita aqui, entre agentes penitenciários e presidiários. Isso acontece porque, em primeiro lugar, a equipe dirigente – e não um grupo oficioso –, é responsável de fato pelas regras a serem seguidas, e é temida e respeitada. Também o processo de “fraternalização” entre internos – literalmente patente no uso da alcunha “irmão” –, ocorrem de modo bem mais horizontal, a menos por certa hierarquia entre novatos e experientes. Em adição a isso, a equipe dirigente é toda formada por padres que já viveram o mesmo processo formativo pelo qual passam os internos atuais; mesmo os mais altos cargos de

responsabilidade são exercidos por ex-internos. Então, na nossa experiência, a relação que se constrói é não só de obediência. Na verdade, a obediência não se dá apenas pelo medo da punição, mas porque uma forte noção de “espelhamento” compõe o tecido discursivo da instituição: o formador, ao invés de obstáculo, é exemplo e projeto do que o interno pretende se tornar.

Por essa razão, embora saibamos na prática que episódios de enfrentamento, dribles e outros reajustes secundários aconteçam também nesse ambiente, dificilmente isso é explicitado, por exemplo, em entrevistas de pesquisa. Frequentemente, os seminaristas, quando opinam sobre qualquer questão acerca da relação com seus superiores, silenciam por alguns instantes ou simplesmente reforçam que “são bons e ajudam muito”.

Além do eficaz controle da equipe dirigente, há ainda, no seminário, uma força de controle e vigilância sustentada na crença em uma divindade onisciente. Para um seminarista bem-ajustado à carreira moral da instituição, a quebra de uma regra, mesmo na ausência da equipe dirigente ou fora dos domínios da instituição, é vivida como um fardo muito pesado. A certeza de que “Deus está vendo” eleva a vigilância à potência máxima. Do ponto de vista nativo, percebemos que a questão aqui não está ligada à possibilidade de uma punição por parte da equipe formadora, mas à “consciência” individual que permite ao seminarista sentir-se desajustado e culpado. De novo, fazendo referência a Foucault (1987), não pode haver panóptico mais eficiente que este para “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (FOUCAULT, 1987, p.166).

Na condição de seminarista, convivemos com muitos relatos que iluminam esse ponto. É frequente que se diga que, antes da entrada no seminário, um candidato pode ter contato físico e afetivo ou ater-se em conversas particulares com quem quer seja. Após o seu ingresso, os seus limites relacionais diminuem, uma vez que certas posturas podem ser mal interpretadas dentro da comunidade de prática. O seminarista precisa aprender esses novos limites e reajustar algumas práticas para alinhar-se ao novo *self*. Sobre esse aspecto, relembramos um caso narrado durante uma de nossas primeiras entrevistas de pesquisa, antes mesmo de nosso ingresso no seminário. O seminarista Flávio relatou-nos sua insegurança ao ser visto publicamente com uma mulher num shopping; ele disse que as pessoas poderiam pensar que ele estaria “traindo o chamado ao sacerdócio”, e por isso procurava evitar determinadas atividades. Nota-se desse relato que as regras institucionais ultrapassam as barreiras físicas do internato e alcançam o seminarista onde quer que ele esteja. Antes mesmo que uma punição possa-lhe ser aplicada, ele reage de maneira a evitá-la.

A constante vigilância sobre si em relação à possibilidade de estar “traindo”, como disse Flávio, à instituição ou à própria vocação recai também sobre a atividade de pesquisa quando se é um pesquisador nativo de uma instituição total. O que queremos destacar aqui é: de que modo a condição de seminarista afeta não só o que selecionamos como objeto, como procuramos apontar na seção anterior, mas também as próprias possibilidades de escrita da pesquisa? Como é possível uma (auto)etnografia nesses termos, em que a liberdade para ver, escutar, sentir e escrever fica tão bem circunscrita aos limites simbólicos da instituição total? Aqui, o que aconteceu no presídio retorna com sinal invertido: as possibilidades de se estranhar o familiar ficam confinadas pelo rigor próprio do campo e pelo lugar do pesquisador nele. Além disso, figuram inúmeras questões éticas: escrever sobre o seminário é escrever sobre si é também expor os pares, os superiores, a instituição que nos acolhe. Há que se considerar, ainda, a tentação e o atalho que é recorrer a apresentações favoráveis do *self* individual e institucional. O trabalho não está finalizado, e esses são alguns dos problemas que decidimos enfrentar.

3. A carreira moral da pesquisa

Nas seções anteriores, procuramos articular e recontextualizar nossos trabalhos, no seminário e na prisão, a partir de duas chaves. A primeira delas, de aproximação temática, teve como foco certas características das instituições totais, particularmente dois elementos que nos pareceram úteis para dar conta da complexidade de ambos os contextos e das possibilidades de contato entre eles e com o protótipo formulado por Goffman. Em relação à entrada dos internos na instituição (seção 2.1), tanto o caráter voluntário como isso se dá no seminário quanto o compulsório na prisão foram reanalisados tendo em vista certas regras institucionais tácitas. No primeiro caso, procuramos destacar que as próprias narrativas vocacionais que os seminaristas *aprendem* a contar são já efeitos de suas carreiras na instituição. No caso do presídio, procuramos iluminar a tensão entre coerção e naturalização, que coloca a passagem pelo cárcere como uma fase prevista e recompensada na carreira do traficante organizado. Também os regimes de vigilância foram relativizados nos dois casos (seção 2.2), já que a crença na onisciência divina que atua na socialização institucional dos jovens candidatos à batina funciona muitas vezes como um panóptico mais eficiente e rígido que o do modelo prisional, em que a economia da vigilância parece distribuída entre lideranças internadas e equipe dirigente, estando permeável aos seus acordos.

A segunda chave, de atenção epistemológica, procurou acrescentar, à reescrita de pequenas narrativas sobre o campo, algumas notas autoetnográficas, na tentativa de descobrir as nossas experiências pessoais nas instituições tanto como *insiders* (no seminário) quanto como *outsiders* (no presídio). Buscamos com isso, de alguma forma, “acomodar a subjetividade do pesquisador” (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2001, p. 2) na narrativa sobre o percurso de pesquisa; isto é, nosso objetivo com essas inserções foi mostrar como os “bastidores” das nossas estadas no campo levaram as pesquisas aos caminhos que elas tomaram.

Não estamos nos referindo aqui à importante questão do lugar de fala, ou das lentes ideológicas e culturais que agem sobre as nossas pesquisas. Essas são dimensões que sem dúvida compõem a discussão sobre construção de conhecimento, mas, seguindo uma orientação mais goffmaniana, atenta ao “infinitamente pequeno” (BOURDIEU, 2004) das ordens interacionais, estamos preocupados aqui com os ajustamentos (primários e secundários!) pelos quais passa qualquer investigação e seu texto final. Optamos, nesse sentido, por pinçar eventos, conflitos e diálogos locais e típicos do cotidiano da pesquisa, que se referem a como se deu a negociação de entrada no campo e a relação com os participantes, o contato fortuito com certas pessoas em detrimento de outras, e as histórias ocasionais que puderam ser vivenciadas para mostrar como elas podem direcionar de forma singular a pesquisa. Temos em mente, em especial, o comentário de Maria Cláudia Coelho na introdução da já mencionada edição brasileira de *Writing Culture* sobre o trabalho de Lila Abu-Lughod e suas “histórias beduínas”, e a imbricação necessária entre a identidade do pesquisador e a construção do objeto de pesquisa (COELHO, 2016). Esse tipo de descortinamento é especialmente relevante para se pensar em pesquisas de base discursiva que operam com metodologias *data-driven*, em que os objetos e hipóteses nem sempre são colocados de antemão, e a pesquisa pode seguir por diferentes caminhos, sensíveis a contingências várias.

Por exemplo, quando um de nós narra a própria experiência frustrada no seminário como ponto de partida para pensar no que (não) constitui uma narrativa vocacional, está dizendo que, sem essa sua experiência, a análise possivelmente teria sido outra. O principal *insight* analítico da pesquisa resulta dessa experiência subjetiva, que foi posteriormente

traduzida em termos do tipo de letramento promovido pela instituição total. O mesmo aconteceu no episódio vivenciado na prisão, em que um interno se recusou a bater o cadeado de sua cela. Tendo sido esse o primeiro contato de outro de nós com o campo prisional, a experiência direcionou a seleção de um dos principais objetos de exame discursivo do trabalho: a neutralização da agência na experiência criminal e a maneira como essa estratégia se relacionava com os embates discursivos dominantes sobre o crime. Essas, que foram também experiências pessoais e emocionais, no lugar de impedir o conhecimento, estiveram justamente na fonte do conhecimento que foi produzido (RIESSMAN, 2005).

Além da descrição desses caminhos de análise que foram abertos pelas experiências individuais no/com o campo, também esteve sob enfoque dessa segunda chave de recontextualização o fato de que, tal como os internos “regulares”, também os pesquisadores precisaram tomar decisões e se “ajustar” às instituições em que pesquisaram, e isso afetou diretamente os modos de apresentação do relatório de pesquisa. Estamos falando aqui tanto dos episódios de negociação de entrada no campo que limitaram o acesso a espaços e pessoas (como, por exemplo, o desejo das lideranças na prisão de controlar a narrativa da pesquisa), como a compromissos éticos e morais assumidos com as pessoas no/do campo.

Sobre esse último aspecto, nossas reescrituras narrativas procuraram também explicitar certas questões éticas próprias e locais (RIESSMAN, 2005). Já dissemos, por exemplo, que a opção, no presídio, de aquiescer ao direcionamento proposto pelos internos foi uma decisão que esteve informada pelas expectativas deles de serem representados favoravelmente na pesquisa e esteve orientada por reflexões acerca dos modos de se representar identidades subalternas – ou, também como diz Riessman (2005), de como apresentar narrativas geradas sob condições desiguais e de incerteza ética. Num sentido semelhante, esses conflitos e cuidados nos modos de apresentação dos participantes estiveram presentes na pesquisa no seminário, já que, como se viu, o seminarista-pesquisador, ao mesmo tempo em que precisa exercitar uma escrita etnográfica crítica, está restringido pelos limites impostos pela instituição total e também pelos afetos de sua vocação e dos que nascem dos processos de “fraternalização”.

As narrativas do(s) campo(s) contadas aqui perseguiram então o que estamos chamando de “sensibilidade autoetnográfica”. Assim como as noções de “reflexividade” (FAIRCLOUGH, 2012), “autoconsciência epistemológica” (CLIFFORD, 1986) ou “entextualização” (BAUMAN; BRIGGS, 2006), esse exercício introspectivo significa, enfim, pensar a própria pesquisa como uma entre várias perspectivas, colocando um pouco mais de ênfase agora na desnaturalização/estranhamento dos modos como se viveu o campo. Em outras palavras, tendo em vista as já mencionadas questões centrais do *Writing Culture* e o nosso próprio interesse nas instituições totais, exercitar essa sensibilidade é não deixar de fora da pesquisa a reflexão sobre qual foi o nosso lugar no campo, o que foi possível saber e o que foi permitido dizer.

Something I wasn't: autoethnographic sensitivities in the construction of two researches in total institutions

ABSTRACT: In this paper we articulate two researches carried out in total institutions (GOFFMAN, 1961). The first one has a catholic seminary as its research field, and it focuses on vocational narratives told by the institution's inmates, including the researcher, who is a member of the studied group. The second one enters a prison institution, dealing with the interaction between the researcher and the arrested members of one of the factions which controls drug traffic in Rio de Janeiro. These researches, also carried out by the two authors of this article, have been recontextualized here by means of rewriting operations that make visible the personal

experiences of the researchers in and with the field, in order to emphasize the relation between these experiences and certain decisions taken during the process, especially regarding the selection of discursive objects and the ways of presenting the results.

Keywords: total institutions; autoethnography; vocational narratives; prison context.

Referências

ANDERSON, L. Analytic autoethnography. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 35, p. 373-395, 2006.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *D.E.L.T.A.*, n. 31, v. Especial, p. 97-126, 2015.

BAUMAN, R.; BRIGGS, C. Poética e performance como perspectiva crítica sobre linguagem. *ILHA Revista de Antropologia*, v. 8, n. 1-2, 2006.

BIAR, L. A. “*Realmente as autoridades veio a me transformar nisso*”: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio. 2012. 246f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

CLIFFORD, J. Introduction: partial truths. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (Eds.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1986.

_____.; MARCUS, G. (Eds.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1986.

COELHO, M. C. Sobre tropas e trombetas: apresentação à edição brasileira de *Writing Culture*. In: CLIFFORD, J; MARCUS, G. (Eds.). *A escrita da Cultura*. Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016.

DAVIES, C. Goffman’s concept of the total institution. *Human Studies*, v.12, p. 77-96, 1989.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y.S. (Eds.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006.

DURANTI A. Agency in language. In: DURANTI, A. (Ed.). *A companion to linguistic anthropology*. Malden, Mass.: Blackwell, 2004.

DURÃO, S.; COELHO, M. C. Moral e emoção nos movimentos culturais: estudo da “tecnologia social” do Grupo Cultural AfroReggae. *Revista de Antropologia*, v.55, n. 2, p. 899-935, 2012.

ELLIS, C.; ADAMS, T.E.; BOCHNER, A. P. Autoethnography: an Overview. *Forum: qualitative social research*, v. 12, n. 1, art. 10, Jan. 2011.

ELLIS, C.; BOCHNER, A. P. Autoethnography, personal narrative, reflexivity: researcher as subject. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage, 2000.

ERICKSON, F. Ethnographic microanalysis of interaction. In: LeCOMPTE, M. D.; MILLROY, W. L.; PREISSELE, J. (Eds.). *The handbook of qualitative research in education*. New York: Academic Press, 1992.

FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha d'água*, n. 25, v. 2, p. 317-329, 2012.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARCEZ, P. M.; SCHULZ, L. Olhares circunstanciados: etnografia da linguagem e pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 31, n. especial, p.1-34, 2015.

GOFFMAN, E. *Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates*. New York: Doubleday Anchor, 1961.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HOLT, N. L. Representation, legitimation, and autoethnography: an autoethnographic writing story. *International Journal of Qualitative Methods*, v. 2, p. 18-28, 2003.

LINDE, C. *Life stories: the creation of coherence*. New York: Oxford University Press, 1993.

MISHLER, E. Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. In: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (Eds.). *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

PERRY, N. The two cultures and the total institution. *British Journal of Sociology*, v. 25, p. 345-55, 1974.

RIESSMAN, C. K. Exporting ethics: a narrative about narrative research in South India. *Health: An interdisciplinary Journal for the Social Study of Health, Illness and Medicine*, v. 9, n. 4, p. 473-490, 2005.

SMITH, G. *Erving Goffman*. New York: Routledge, 2006.

Data de envio: 08/07/ 2017

Data de aceite: 02/04/2018

Data da publicação: 15/08/2018